

CURSO POPULAR DE FORMAÇÃO DE DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS

Disciplina: Direitos Humanos

Atividade complementar: resolução das questões da prova da DPE-PR

Professor: Rafael Alvarez Moreno

Modelo de prova: Caderno “A01”, Tipo 005



Questão 13

13. As relações entre o ordenamento jurídico local e o Direito Internacional são cada vez mais intensas, na medida em que existem fatos jurídicos simultaneamente regulados por ambos. Esta pluralidade de ordens jurídicas gera cooperação, mas também conflitos. Nesse contexto, é correto afirmar:

(A) A jurisprudência internacional entende que é vedado ao Estado-parte qualquer alegação de direito interno como escusa para o descumprimento de tratado internacional, ainda que se trate de norma Constitucional, sendo tal regra invocada para a solução dos conflitos apresentados.

(B) O Estatuto de Roma, por adoção implícita do princípio da primazia, dispõe que a jurisdição do Tribunal Penal Internacional prevalecerá sobre a local sempre que houver graves violações de direitos humanos, a exemplo de crimes de guerra.

Questão 13

(C) Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a prisão do depositário infiel é inconstitucional por violar a Convenção Americana de Direitos Humanos, diploma internacional que integra o Bloco de Constitucionalidade.

(D) Tendo em vista a prevalência da norma que protege a vítima de violações de direitos humanos, o Supremo Tribunal Federal possui jurisprudência no sentido de superar o direito interno frente ao direito internacional, como se observa da declaração de inconstitucionalidade da Lei de Anistia.

(E) Conforme posicionamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o controle de convencionalidade de normas de direito interno de Estado-parte somente pode ser feito pelo Poder Judiciário local, não cabendo à jurisdição internacional fazê-lo.

Questão 13: Gabarito

(A) A jurisprudência internacional entende que é vedado ao Estado-parte qualquer alegação de direito interno como escusa para o descumprimento de tratado internacional, ainda que se trate de norma Constitucional, sendo tal regra invocada para a solução dos conflitos apresentados.

→ É regra de Direito Internacional Público que nenhum Estado pode invocar disposições de Direito Interno para afastar as obrigações que assume em âmbito internacional (CVDT/1969, art. 27). Nesse contexto, a jurisprudência da **Corte Interamericana** é pacífica no sentido de que a invocação do ordenamento jurídico nacional não permite o descumprimento de obrigações internacionais, ainda que se trate de disposição sediada na Constituição. É o que se depreende do **Caso Olmedo Bustos e outros vs. Chile**, em que foi apreciado um conflito entre o art. 13 da CADH e o art. 19, n. 12, da Constituição chilena, que autoriza a censura prévia, salientando a Corte que “[...] a responsabilidade internacional do Estado pode ser oriunda de atos ou omissões de qualquer Poder ou órgão, independentemente de sua hierarquia, que violem a Convenção Americana” (p. 29, § 72, Sentença de 5/2/2001).

Questão 13: Demais assertivas

(B) Incorreta, visto que o Estatuto de Roma adota **expressamente** o **princípio da subsidiariedade** ou complementariedade, previsto logo em seu Preâmbulo.

(C) Incorreta, porque o entendimento do **STF**, de acordo com a sua posição acerca da hierarquia dos tratados de direitos humanos, não é pela inconstitucionalidade da prisão do depositário infiel, visto que não atribui à CADH hierarquia constitucional. A prisão em questão, para o STF, encontra-se impossibilitada porque tal tratado teria **natureza supralegal**, paralisando a eficácia da legislação infraconstitucional com ele conflitante.

(D) Incorreta, visto que, na **ADPF 153**, o STF entendeu pela **recepção** da Lei n. 6.683/1979.

(E) Incorreta, pois o **controle de convencionalidade** é atribuição dos órgãos nacionais e internacionais e, segundo fixado no **Caso Gelman vs. Uruguai**, trata-se de atividade que toca não só aos órgãos jurisdicionais, mas a **todo Poder, órgão ou autoridade estatal** (Sentença de supervisão, p. 22, § 72).

Questão 14

14. No plano da teoria geral, certos atributos seriam inerentes aos direitos humanos. Acerca das características principais dos direitos humanos, é correto afirmar:

(A) A irrenunciabilidade dos direitos humanos deve ser harmonizada com a autonomia da vontade, donde se conclui que a pessoa civilmente capaz pode se despojar da proteção de faceta de sua dignidade, a exemplo do famoso caso francês do “arremesso de anões”.

(B) Admite-se a relatividade dos direitos humanos, pois estes colidem entre si e podem sofrer restrições por ato estatal ou de seu próprio titular, a exemplo da vedação de associação para fins paramilitares previsto pelo poder constituinte originário.

Questão 14

(C) Tendo em vista que as normas de proteção aos direitos humanos não integram o chamado jus cogens, a universalidade dos direitos humanos é relativizada, prevalecendo uma forte ideia de respeito ao relativismo cultural, ainda que o Estado seja parte formal da comunidade internacional.

(D) A imprescritibilidade dos direitos humanos não alcança a pretensão à reparação econômica decorrente de sua violação. Portanto, inexistente direito à indenização por violação a direitos humanos ocorridos durante o regime militar.

(E) Em razão do caráter histórico dos direitos humanos, existe consenso doutrinário acerca de sua divisibilidade, estabelecendo-se independência entre os direitos humanos e priorização de sua exigibilidade a partir do espaço geográfico em que seu titular esteja inserido.

Questão 14: Gabarito

(B) Admite-se a relatividade dos direitos humanos, pois estes colidem entre si e podem sofrer restrições por ato estatal ou de seu próprio titular, a exemplo da vedação de associação para fins paramilitares previsto pelo poder constituinte originário.

→ Tendo em vista o tema das **colisões de direitos fundamentais**, não há que se falar em "direitos absolutos". De um modo geral, todos os direitos são passíveis de restrições à medida que colidam entre si, podendo estas serem estabelecidas pelo próprio legislador ou pelo intérprete, ao resolver os conflitos entre os direitos.

Questão 14: Demais assertivas

(A) Incorreta, pois, ainda que seja possível a autonomia da vontade, tornando o exercício de certos direitos facultativos, o indivíduo não pode abrir mão de seus direitos quando, ao fazê-lo, **comprometa sua dignidade**, a exemplo do que restou decidido no caso mencionado, em que a prática em questão foi proibida.

(C) Atualmente, **prevalece** no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos a **concepção universalista**, de modo que o reconhecimento de direitos não se sujeita a particularidades culturais. Além disso, reconhece-se que os direitos humanos são **normas de jus cogens**, isto é, consolidam-se como normas que contém valores essenciais para toda a comunidade internacional e, por via de consequência, possuem superioridade normativa em face de outras normas, não podendo ser alteradaa pela vontade unilateral de algum Estado (RAMOS, *Teoria geral...*, 2016, p. 190-191).

Questão 14: Demais assertivas

(D) A indenização por violação de direitos humanos ocorrida durante o período de exceção é **imprescritível**, como já reconhecido pelo STJ (REsp 1.434.498/SP). Apesar disso, rememora-se que o STF entendeu pela recepção da Lei de Anistia, contrariando a posição da Corte Interamericana de Direitos Humanos acerca do assunto, conforme sentença do **Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil**.

(E) A doutrina é uníssona em reconhecer a **indivisibilidade dos direitos humanos**, sendo no mesmo sentido o entendimento dos órgãos internacionais de proteção dos direitos humanos, conforme se lê na **Declaração de Teerã de 1968**, § 13: "Como os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis, a realização dos direitos civis e políticos sem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais resulta impossível".

Questão 15

15. Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os tratados de direitos humanos serão incorporados pela ordem jurídica brasileira a partir da:

- (A) ratificação e depósito do tratado pelo Presidente da República
- (B) publicação de decreto legislativo, de forma conjunta, pelo Presidente da República e pelo Presidente do Congresso Nacional.
- (C) promulgação, por um decreto executivo do Presidente da República.
- (D) assinatura do tratado pelo Presidente da República.
- (E) aprovação do Congresso Nacional, mediante decreto legislativo.

Questão 15: Gabarito

(C) promulgação, por um decreto executivo do Presidente da República.

→ O processo de incorporação dos tratados, no Brasil, envolve **quatro etapas**: i) **assinatura** (aceite provisório); ii) **aprovação** pelo Congresso Nacional, mediante decreto legislativo; iii) **ratificação** (aceite definitivo); e iv) **promulgação**, por meio de um decreto executivo, responsável por "internalizar" o texto internacional, introduzindo-o em nossa ordem jurídica.

Ainda que parcela da doutrina manifeste-se pela desnecessidade do aludido decreto de promulgação, denunciando a incoerência de sua exigência e a ausência de previsão legal para adotá-lo, referido entendimento não encontra acolhida pelo STF, de modo a prevalecer a tese de que essas quatro etapas são sempre necessárias (v. RAMOS, *Teoria geral...*, 2016, p. 308-311).

Questão 15: Demais assertivas

(A) A ratificação e o depósito, efetuados pelo representante do Poder Executivo na esfera internacional (CF, art. 84, VIII), representam o aceite definitivo do tratado, tornando o Estado responsável na esfera internacional, não obstante ainda não ter ocorrido sua introdução na ordem interna.

(B) Não há previsão de tal etapa, sendo o decreto legislativo espécie legislativa de competência exclusiva do Poder Legislativo, não podendo, pois, ser expedido em conjunto com o Presidente da República.

(D) A assinatura é apenas a primeira etapa na formação do tratado, representando um aceite provisório.

(E) O decreto legislativo é a segunda etapa do processo de formação, expedido pelo Congresso Nacional com fundamento no art. 49, I, da CF.

Questão 16

16. O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos somente considera justificável que os Estados-partes signatários restrinjam o direito de reunião pacífica caso

I. haja interesse da segurança nacional.

II. haja interesse da segurança ou ordem públicas.

III. seja necessário para proteção da saúde ou a moral públicas.

IV. haja falta de autorização da autoridade competente.

V. seja necessário para proteção dos direitos e liberdades das demais pessoas.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II, III e IV.

(B) I, II, III e V.

(C) II e V.

(D) I, II e IV.

(E) I e III.

Questão 16: Gabarito

(B) I, II, III e V.

→ A presente questão versa sobre o chamado “direito de crise”, previsto pelo art. 4º do PIDCP. A norma estabelece a possibilidade de **suspensão de alguns direitos previstos** no Pacto, entre os quais não se encontra o direito de reunião (art. 21). Ao enunciar os motivos que autorizam o uso desse mecanismo, assim preceitua a norma (§ 1º):

“Quando situações excepcionais ameacem a existência da nação e sejam proclamadas oficialmente, os Estados Partes do presente Pacto podem adotar, na estrita medida exigida pela situação, medidas que suspendam as obrigações decorrentes do presente Pacto, desde que tais medidas não sejam incompatíveis com as demais obrigações que lhes sejam impostas pelo Direito Internacional e não acarretem discriminação alguma apenas por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social”.

Questão 17

17. Acerca do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, é correto afirmar:

(A) É possível ao Estado-membro suspender todas as garantias previstas na Convenção Americana de Direitos Humanos em caso de guerra, perigo público ou outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado.

(B) São considerados trabalhos forçados os trabalhos ou serviços exigidos normalmente de pessoa reclusa em cumprimento de sentença ou resolução formal expedida pela autoridade judiciária competente, ainda que executados exclusivamente sob a vigilância e controle das autoridades públicas.

Questão 17

(C) Ao reconhecer o direito à vida, a Convenção Americana de Direitos Humanos não aboliu a pena de morte. Houve imposição, contudo, de algumas limitações, a exemplo da previsão de pena de morte para delitos políticos apenas quando atentarem contra a nação.

(D) Em similitude com o Sistema Global de Direitos Humanos, a Organização dos Estados Americanos prevê os direitos civis e políticos e os direitos sociais, econômicos e culturais em diplomas internacionais distintos.

(E) Verificada grave violação de direitos humanos pelo Brasil e inexistindo solução satisfatória da questão pelos poderes constituídos, o Defensor Público poderá provocar a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que poderá declarar a responsabilidade internacional do Estado-parte e condená-lo na obrigação de pagar indenização às vítimas.

Questão 17: Gabarito

(D) Em similitude com o Sistema Global de Direitos Humanos, a Organização dos Estados Americanos prevê os direitos civis e políticos e os direitos sociais, econômicos e culturais em diplomas internacionais distintos.

→ Em que pese a indivisibilidade dos direitos humanos, razões políticas e a falta de acordo das potências da época, levaram as nações, na segunda metade do século passado, a celebrarem tratados distintos para tratar, de um lado, dos direitos civis e políticos (PIDCP/1966) e, de outro, dos direitos econômicos, sociais e culturais (PIDESC/1966). O mesmo sucedeu no continente americano: a CADH/1969 ocupa-se primordialmente dos direitos civis e políticos, dedicando um único dispositivo aos direitos econômicos, sociais e culturais, para afirmar seu caráter progressivo (art. 26). Com a celebração do **Protocolo de San Salvador**, em 1988, foi preenchida tal lacuna.

Questão 17: Demais assertivas

- (A) A CADH, ao regular o "direito de crise" (art. 27), autoriza a suspensão de apenas uma parte dos direitos que enuncia.
- (B) Pelo texto do art. 6º, § 3º, "a", tais atividades **não são** considerados trabalhos forçados.
- (C) De fato, a CADH **não aboliu** a pena de morte. Contudo, restringiu-a e, ao fazê-lo, **vedou** sua aplicação para os **crimes políticos em qualquer situação**.
- (E) Ainda que a Defensoria Pública possa provocar a atuação dos mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos (LC n. 80/1994, art. 4º, VI), o peticionamento no sistema americano se dá, em primeiro lugar, perante a **Comissão Interamericana de Direitos Humanos** (CADH, art. 44). A Corte Interamericana de Direitos Humanos só pode ser acionada por Estados e pela Comissão, após o processamento da causa perante esta (CADH, art. 61, § 1º).

Questão 18

18. Acerca dos instrumentos nacionais e internacionais de promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência, é INCORRETO afirmar:

(A) O Estatuto da Pessoa com Deficiência impõe ao Poder Público a obrigação de manter um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de aprendizado ao longo de toda a vida, garantindo às instituições privadas a possibilidade de reajuste das mensalidades daqueles alunos, em atenção ao princípio da função social da empresa.

(B) A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência instituiu o Comitê sobre os Direitos das pessoas com deficiência, adotando como instrumento de monitoramento apenas os relatórios. Após, por intermédio do protocolo facultativo, adotou-se o mecanismo de petições individuais.

Questão 18

(C) A Lei n. 10.216/01 foi um importante passo na luta antimanicomial, já que tende a substituir o modelo asilar por um conjunto de serviços abertos e comunitários que devem garantir à pessoa com transtorno mental o cuidado necessário para viver com segurança em liberdade, no convívio familiar e social, tanto quanto possível.

(D) O caso Ximenes Lopes foi de grande importância para o Brasil, pois fixou-se a necessidade de zelar pela investigação criminal eficaz e isenta, além de incumbir o Estado brasileiro da capacitação de profissionais que atendam pessoas com transtorno mental.

(E) A Convenção Interamericana sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência define a deficiência, compreendendo como tal toda restrição física, mental ou sensorial, permanente ou temporária, que limita o exercício de direitos; sendo inovador o conceito ao afirmar que a deficiência pode ser causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

Questão 18: Gabarito

(A) O Estatuto da Pessoa com Deficiência impõe ao Poder Público a obrigação de manter um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de aprendizado ao longo de toda a vida, garantindo às instituições privadas a possibilidade de reajuste das mensalidades daqueles alunos, em atenção ao princípio da função social da empresa.

→ A Lei n. 13.146/2015 impõe tal obrigação ao Poder Público em seu art. 28, estendendo a obrigatoriedade do estabelecimento de um sistema educacional inclusivo às instituições privadas e **vedando a cobrança de valores adicionais** em decorrência dessa obrigação (art. 28, § 1º). A norma, aliás, é **objeto de ADI** (ADI n. 5.357), ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, tendo como relator o Min. Edson Fachin. Ainda não houve seu julgamento, mas a **medida cautelar** requerida foi **indeferida**.

Questão 18: Demais assertivas

(B) No texto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o único mecanismo de monitoramento previsto foi o **sistema de relatórios** ao respectivo Comitê (art. 35). Apenas por intermédio do Protocolo Facultativo, a competência do Comitê foi ampliada, podendo analisar **petições individuais**.

(C) A Lei n. 10.216/2001 é importante mecanismo do movimento antimanicomial, propondo a **internação** como *ultima ratio* (art. 4º) e, sempre, amparada em **laudo médico** (art. 6º).

(D) Além da reparação aos familiares, a sentença do Caso Ximenes Lopes vs. Brasil determinou que o Estado publicasse a sentença, zelasse por um procedimento isento de investigação dos fatos e adotasse um procedimento de capacitação dos profissionais que lidam com saúde mental (Sentença de 4/7/2006, p. 84).

Questão 18: Demais assertivas

(E) O texto da assertiva espelha o preceito normativo do art. 1º, § 1º, da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência: "O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social".

Questão 19

19. De acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos, consideram-se como tratados de hierarquia constitucional:

I. Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude – Regras de Beijing.

II. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu respectivo Protocolo Facultativo – Convenção de Nova Iorque.

III. Convenção Americana Sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica.

IV. Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para aceder ao texto impresso.

Questão 19

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

Questão 19: Gabarito

(C) II e IV, apenas.

→ É preciso memorizar que, desde o julgamento do RE 466.343, o STF adota a **teoria do duplo estatuto** e, por conseguinte, efetua a seguinte divisão em matéria de hierarquia dos tratados sobre direitos humanos: i) aqueles que tenham sido aprovados com base no procedimento do **art. 5º, § 3º**, serão equivalentes às **emendas constitucionais**, assumindo **hierarquia constitucional**; e ii) os **demais tratados**, diante da matéria veiculada, possuem **hierarquia supralegal**, sediando-se acima da legislação infraconstitucional, mas abaixo das normas constitucionais. Atualmente, apenas três tratados foram celebrados com base no referido procedimento: a **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo** e o **Tratado de Marraqueche**.

Questão 20

20. Sobre os crimes de lesa-humanidade, o Supremo Tribunal Federal
- (A) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos os consideram imprescritíveis.
 - (B) nunca se manifestou sobre a matéria, enquanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos se manifestou pela imprescritibilidade destes crimes.
 - (C) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos os consideram prescritíveis.
 - (D) os consideram imprescritíveis, enquanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos os consideram prescritíveis.
 - (E) os consideram prescritíveis, enquanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos os consideram imprescritíveis.

Questão 20: Gabarito

(E) os consideram prescritíveis, enquanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos os consideram imprescritíveis.

→ Em recente julgamento, o **STF** passou a entender pela **prescritibilidade** dos crimes contra a humanidade, tendo em vista que o Brasil não ratificou a Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade. Além disso, frisou o STF que, mesmo na hipótese de norma de caráter internacional versando sobre o tema, ela seria inaplicável entre nós, porquanto a prescrição é matéria de direito interno, devendo ser reproduzida no ordenamento nacional (Ext n. 1.362/DF). A **Corte Interamericana de Direitos Humanos**, por seu turno, entende pela **imprescritibilidade** dos referidos delitos, como se verifica pela análise de sua jurisprudência acerca da justiça de transição, servindo de exemplo o Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil.